

PUBLICADO

Em: 09 / 07 / 2023

Edição: 2706

Jornal: Diário Oficial do Município

**CONTRATO DE RATEIO Nº 012/2022**

CONTRATO 02/2023

**PARTES CONTRATANTES:**

1) **CONSÓRCIO INTERGESTORES DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO DE SAÚDE DO PARANÁ – CIS5ªRS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 36.330.988/0001-02, com sede à Rua Brigadeiro Rocha nº 901, Bairro Trianon, CEP: 85012-260, Guarapuava-PR, neste ato representado por seu presidente, **CELSO FERNANDO GÓES**, prefeito do Município de Guarapuava, doravante denominado **CONSÓRCIO** ou **CIS5ªRS**;

2) **MUNICÍPIO DE PALMITAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.680.025/0001-82, com sede a Rua Moisés Lupion, 1001 Centro – CEP: 85.270-000 neste ato representado por Prefeito Municipal, **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade/RG nº 6.446.615-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, residente e domiciliado a XV de Novembro, nº534, Centro, município de Palmital - PR.CEP: 85.270-970, doravante denominado **CONSORCIADO**.

Considerando a sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei nº 11.107/05, ao Decreto Federal nº 6.017/07, ao Estatuto do **CIS5ªRS** e às respectivas Leis Municipais orçamentárias, tem entre si ajustado o seguinte:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui-se como objeto do presente Contrato de Rateio a definição das regras e critérios de participação do **MUNICÍPIO DE PALMITAL** como **CONSORCIADO**, junto ao **CIS5ªRS**, nos repasses de obrigações financeiras, de modo a regulamentar a contribuição financeira e assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo **CONSÓRCIO** no **exercício de 2022**, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05.

**Parágrafo Primeiro:** Constituem atividades desenvolvidas pelo **CONSÓRCIO**, a execução administrativa, orçamentaria, financeira e técnica de gestão associada, a manutenção e conservação, bem como a contratação de serviços públicos suplementares e complementares, na área da Saúde Pública, conforme os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, além de garantir a implantação e a prestação de serviços de saúde de interesse dos **CONSORCIADOS**, tendo como esteio as regras e condições previstas pela Lei Federal nº 11.107/05 e pelo Decreto nº 6.017/07.

**Parágrafo Segundo:** Consideram-se despesas do **CONSÓRCIO**, entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do **CONSÓRCIO** previstas em contrato de rateio, contratos de programas e convênios;
- c) Despesa de remuneração de empregados **CONSÓRCIO**, nela incluída as obrigações trabalhistas, fiscais e patronais;
- d) Despesas relativas à prestação de serviços do em favor dos municípios **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de os **CONSORCIADOS** assumirem o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas neste instrumento.

## **DAS RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O **CONSÓRCIO** é responsável por promover a gestão técnico administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços e as contratualizações necessárias para o cumprimento de suas finalidades, bem como contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste Contrato de Rateio, fornecendo recibo dos depósitos ou transferências, efetuados em conta corrente pelos **CONSORCIADOS**, além de:

- I - aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas, observadas as normas da contabilidade pública;
- II - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;
- III - facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades, objeto do presente Termo;
- IV - fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

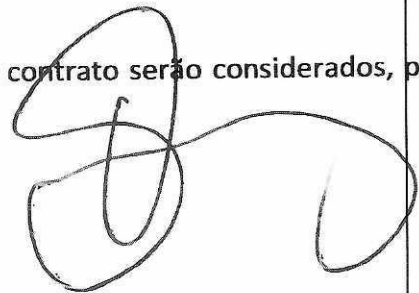
## **DAS RESPONSABILIDADES DOS CONSORCIADOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os **CONSORCIADOS** ficam responsáveis pela fiscalização e execução do presente Contrato de Rateio, além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação e do Estatuto do **CONSÓRCIO**, devendo:

- I - efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos previstos na Cláusula Quarta deste Contrato de Rateio;
- II - notificar, por escrito, o **CONSÓRCIO** sobre qualquer restrição na realização das despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou sobre qualquer outra restrição derivada das normas de direito financeiro, de modo a garantir o repasse da cota, parte prevista no Contrato de Rateio;
- III - inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados como repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito.

## **DOS VALORES E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA:** Para a execução do objeto deste contrato serão considerados, para o exercício de 2023, os seguintes valores anuais:



RATEIO Município de Palmital		
	Mensal	Anual
001 – Apoio Administrativo CIS5ªRS.	R\$ 13.348,80	R\$ 160.185,60
002 – Remu, Manuto, Valoriz e Qualificação do quadro de servidores do CIS5ªRS	R\$ 12.685,59	R\$ 152.227,08
003 – Mais Saúde para a população dos municípios consorciados	R\$ 43.545,60	R\$ 522.547,20
004 – Atividades do Convênio Qualicis – Prog. Est. de Qualif. dos Consórcios Interm. de Saúde (AME GUARAPUAVA)	R\$ 421,34	R\$ 5.056,10
005 – Atividades da Contratualização DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
006 – Remuneração, Manutenção, Valorização e Qualif. do quadro de servidores do SAMU 5ª Regional	R\$ 16.446,97	R\$ 197.363,63
007 – Apoio Administrativo SAMU 5ª Regional.	R\$ 3.871,70	R\$ 46.460,40
008 – CAPS ADIII	R\$ 0,00	R\$ 0,00
009 – Investimentos em estrutura para desenvolvimentos das atividades do CIS5ªRS	R\$ 7.085,37	R\$ 85.024,50
010 – Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
011 – CEO AME GUARAPUAVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
012 – CEO AME LARANJEIRAS DO SUL DESPESAS FIXAS E TERCERIZAÇÃO MÃO DE OBRA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
013 – Atividades do Convênio Qualicis – Prog. Est. de Qualif. dos Consórcios Interm. de Saúde (AME LARANJEIRAS DO S)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
014 – Investimentos em estrutura para desenvolvimentos das atividades do SAMU	R\$ 2.147,77	R\$ 25.773,22
015 – Atividades do Contrato DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SAMU	R\$ 16.428,25	R\$ 197.139,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 115.981,39</b>	<b>R\$ 1.391.776,73</b>

**Parágrafo Primeiro:** O valor do custeio correspondente aos **CONSORCIADOS** será realizado no exercício financeiro de 2023, resultando na “**Cota Mensal**” referente a cada mês, que será repassada e aplicada sob a forma de transferência bancária, no banco Caixa Econômica federal Banco 104, Agência 389, de titularidade do **CONSÓRCIO**, a ser indicada conforme cada programa.

Tipo de conta	Agência/Codo per /Número	Nome da conta
Conta corrente	0389.006.71.088-7	Livre taxa admirativa e pessoal
Conta corrente	0389.006.73000-4	Ativ. Assistenciais do Laboratório
Conta corrente	0389.006.73001-2	Centro de Especialidades
Conta corrente	0389.006.73002-0	CAPS ADIII adulto
Conta corrente	0389.006.73003-9	CAPS infanto juvenil
Conta corrente	0389.006.73004-7	Unidade de acolhimento adulto
Conta corrente	0389.006.73005-5	Unidade de acolhimento infanto juvenil
Conta corrente	0389.006.73006-6	QUALICIS
Conta corrente	0389.006.73007-1	SAMU Regional
Conta corrente	0389.006.73008-0	Contrato SUS
Conta corrente	0389.006.73009-8	Reserva de contingência
Conta corrente	0389.006.73010-1	Custeio Guarapuava/estado
Conta corrente	0389.006.73011-0	Retenções

**Parágrafo Segundo:** As transferências entre as contas correntes das partes, visando adimplir o valor mensal das cotas correspondentes deverão ocorrer até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente à apresentação do relatório mensal de serviços prestados.

**Parágrafo Terceiro:** Os gastos mensais excedentes ao previsto neste instrumento, caso ocorram, em decorrência de maior utilização extraordinária das atividades assistenciais, de operacionalização e funcionamento do **CONSÓRCIO**, por parte dos entes consorciados, deverão ser complementados pelos mesmos, seguindo o mesmo procedimento de pagamento prescrito no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas à aprovação dos **CONSORCIADOS**.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações constantes no orçamento dos **CONSORCIADOS**, vigente para o exercício financeiro de 2023.

### **DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE 2023**

**CLÁUSULA SEXTA:** A dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2023, necessária para suportar as despesas assumidas pelos **CONSORCIADOS**, deverá estar consignada na respectiva Lei Orçamentaria Anual ou em crédito adicional de cada **CONSORCIADO**, no montante proporcional à sua cota de participação.

**Parágrafo Único:** Poderá ser o **CONSORCIADO** excluído do **CONSÓRCIO**, de acordo com o disposto no artigo 8, parágrafo 5º da Lei Federal 11.107/05 e no Estatuto do **CIS5ªRS**, quando não consignarem, como crédito adicional especial na sua legislação orçamentária pertinente, dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente Contrato de Rateio.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A execução orçamentária da receita e da despesa pelo **CIS5ªRS** observará as classificações orçamentárias aplicáveis aos entes consorciados.

**Parágrafo Primeiro:** É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio do Contrato de Rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito para o atendimento de despesas classificadas como genéricas, entendendo-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com a modalidade de aplicação indefinida.

**Parágrafo Segundo:** Não se consideram como genéricas as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

**Parágrafo Terceiro:** Os recursos repassados ao **CONSÓRCIO** deverão ser aplicados no mercado financeiro, devendo os resultados dessa aplicação ser apropriados, integralmente, para cumprimento das finalidades do **CONSÓRCIO**.

**Parágrafo Quarto:** Fica facultada ao **CONSÓRCIO**, no processo de execução orçamentária e financeira, a possibilidade de proceder a ajustes orçamentários relativos a alterações nos elementos de despesa, desde que haja anuência dos **CONSORCIADOS**.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONSORCIADO**

**CLÁUSULA OITAVA:** As transferências dos recursos financeiros pelos **CONSORCIADOS** ao **CONSÓRCIO**, conforme o presente Contrato de Rateio serão executadas como despesas dos **CONSORCIADOS**, na modalidade de aplicação "Transferências a Consórcios Públicos - Rateio pela Participação em Consórcio Público".

**Parágrafo Único:** Os pagamentos realizados pelos **CONSORCIADOS** ao **CONSÓRCIO**, decorrentes da contratação direta do fornecimento de bens ou da prestação de serviços

pelo CONSÓRCIO, nos termos do artigo 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei no 11.107/05, será executado como despesa dos CONSORCIADOS, na modalidade de aplicação "aplicações diretas".

#### **DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO**

**CLÁUSULA NONA:** Os CONSORCIADOS, isolados ou em conjunto, bem como o CONSÓRCIO, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato de Rateio, desde que adimplentes com suas obrigações.

#### **DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

#### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma prevista neste instrumento, serão permitidas mediante "Termo Aditivo" e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com anuência em assembleia de todos os partícipes.

#### **DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O presente Contrato de Rateio terá vigência de 01 ano, com prazo de execução para atendimento dos objetivos desta contratualização de 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023.

Lei 11.107 - Artigo 8º. § 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

#### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** As partes elegem o Foro da Comarca de Guarapuava/PR, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Guarapuava, 22 Novembro de 2022.

CONSÓRCIO INTERGESTORES DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO DE SAÚDE DO PARANÁ – CIS 5ª RS

Celso Fernando Góes



Município de Palmital  
.....  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**EXTRATO 02/2023 DO CONTRATO DE RATEIO Nº 012/2022**

EXTRATO Nº 02/2023

CONTRATO DE RATEIO Nº 012/2022

OBJETO DO CONTRATO: A definição das regras e critérios de participação do Município de Palmital como CONSORCIADO, junto a CIS5ªRS, nos repasses de obrigações financeiras, de modo a regulamentar a contribuição financeira e assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no exercício de 2022, nos termos da art. 8º, da Lei Federal nº 1.107/05. Suspensão dos valores de repasses da Taxa Administrativa, despesas de pessoal e operacionalização, a partir de setembro de 2022 até dezembro de 2022.

CONTRATANTES: Município de Palmital e Consórcio Intergestores de Saúde da 5ª Região de Saúde do Paraná.

DATA DA VIGÊNCIA: 01/01/2023 a 31/12/2023.

**Publicado por:**

Simone Radelinski

**Código Identificador:**725AE0DB

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/02/2023. Edição 2706

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>